



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 21/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1936/2011 – 42 Volumes.

Apenso: Processo nº 1099/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Maués.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva, Prefeito Municipal, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI - Informação nº 1103/2014 (fl. 8359) e DICOP – Informação Conclusiva nº 113/2015 (fls. 8361/8367).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1409/2015-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 8372/8373v).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anuais.
Prefeitura Municipal de Maués. Exercício de 2010.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
Aprovação com Ressalvas das Contas.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal de Maués a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das contas da Prefeitura Municipal de Maués, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. **Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva** - Prefeito, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, II, da Resolução TCE 09/2007.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 21/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 27 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 21/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 1936/2011 – 42 Volumes.

Apenso: Processo nº 1099/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Maués.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva, Prefeito Municipal, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI - Informação nº 1103/2014 (fl. 8359) e DICOP – Informação Conclusiva nº 113/2015 (fls. 8361/8367).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1409/2015-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 8372/8373v).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anuais. Prefeitura Municipal de Maués. Exercício de 2010.

Contas Regulares, com ressalvas. Multa. Prazo. Recomendação ao atual Prefeito. Arquivamento. Ciência ao responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Maués, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. **Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva** – Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º da Lei nº 2.423/96;

9.2- Aplicar multa na ordem de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) ao Sr. **Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva** com fundamento no art. 308, II da Resolução nº 04/2002 pelo seguinte: Atraso no envio da movimentação contábil nos meses de janeiro a dezembro, contrariando o art. 4º da Resolução TCE nº 07/02 (Restrição 1 do Relatório Conclusivo nº 01/2014-DICAMI); Atraso na publicação do Orçamento Municipal, contrariando o art. 2º, V da LC nº 06/09 (Restrição 3 do Relatório Conclusivo nº 01/2014-DICAMI); Atraso na remessa do RREO



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 21/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

referente aos primeiros 3 trimestres, contrariando o art. 1º da Resolução TCE nº 06/00 c/c 52 e 54 da LRF (Restrição 10 do Relatório Conclusivo nº 01/2014-DICAMI); Atraso na remessa do RGF do 1º semestre, contrariando o art. 2º da Resolução TCE nº 06/00 c/c art. 54 e 55 da LRF (Restrição 12 do Relatório Conclusivo nº 01/2014-DICAMI);

9.3- Aplicar multa na ordem de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois e seis centavos) ao Sr. **Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva** com fundamento no art. 308, I, “b” da Resolução nº 04/2002 pelo seguinte: Ausência de comprovação da realização de audiências de demonstração e avaliação do cumprimento de metas fiscais no exercício financeiro, conforme art. 9º, § 4º da LRF (Restrição 8 do Relatório Conclusivo nº 01/2014-DICAMI); Não remessa do RREO referente aos últimos 3 trimestres descumprindo o art. 1º da Resolução TCE nº 06/00 (Restrição 11 do Relatório Conclusivo nº 01/2014-DICAMI); Não remessa do RGF referente ao 2º semestre, contrariando o art. 1º da Resolução TCE 06/00 (Restrição 13 do Relatório Conclusivo nº 01/2014-DICAMI);

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias pra o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei nº 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE nº 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE nº 04/02;

9.5- Recomendar ao atual Prefeito Municipal do Maués que:

9.5.1- Cumpra os prazos para o encaminhamento dos Balancetes Analíticos Mensais, conforme estabelecido no art. 20, inciso I, da LC 06/91, com a nova redação dada pela LC 24 c/c o art. 29, da Lei 2.423/96 (Prestação de Contas Anual);

9.5.2- Cumpra os prazos para encaminhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária, conforme legislação pertinente;

9.5.3- Realização das Audiências das Demonstrações e Metas fiscais do exercício, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal;

9.6- Após cumprimento das medidas acima, **determinar o registro e o arquivamento** destes autos e de seus apensos, nos termos regimentais;

9.7- Dar ciência deste Acórdão ao responsável.

Vencidos os Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pela irregularidade das contas e aplicação de multa, e Conselheiro e Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa por atraso no ACP.

10- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 27 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 21/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral